

RECEB. GM/MJ
DE 03/08/196.2
01
18

77 JUL 14 2 56 000000

do

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II

SIAPRO
LC/CESS/MJ
08066-017010/96-24

6º ANDAR SAI

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INDIANA
CADA DE BELEM, 108
de Juiz de Direito na cidade
LERO LONGMAN
Escritório
ERGIO LONGMAN
de substituição
FATIMA VIEIRA
de substituição

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Encru
Estado Pernambuco
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
NASCIMENTOS
última Zona Judiciária, em virt
FLS.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -- Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil – História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Relatório.



DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO (1946-1971)

Número do processo: 183/96
 Filiação: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho
 Data e local de nascimento: 06/03/1946, Votuporanga (SP)
 Organização política ou atividade: MRT
 Data e local da morte: entre 17 e 19/04/1971, São Paulo (SP)
 Relator: Suzana Keniger Lisbôa
 Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 17/05/1996

Dirigente do MRT, com militância anterior na Ala Vermelha e na VAR-Palmares, foi morto em São Paulo, entre 17 e 19/04/1971, sendo enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Seus restos mortais estão entre as ossadas da Vala de Perus, à espera de identificação confirmatória. Documentos dos órgãos de segurança o acusam de participação em diversas operações armadas, inclusive na execução, dois dias antes, na capital paulista, do industrial Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás, empresa que tinha atuado como financiadora da OBAN, em 1969 e 1970.

Dimas foi corretor de seguros, vendedor de carros e tipógrafo. Era casado com Maria Helena Zanini, com quem teve o filho Fabiano César Casemiro. Foi militante estudantil em Votuporanga, no interior paulista, e mudou-se para São Paulo a convite de Devanir José de Carvalho, dirigente principal do MRT, morto dez dias antes. Era irmão de Denis Casemiro, militante da VPR, que seria preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury no mesmo mês, na região de Imperatriz, e executado em maio.

Antes do processamento do caso na CEMDP, a versão contida no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* era de que Dimas morreria fuzilado ao chegar em sua casa, em São Paulo. Entretanto, a análise dos documentos, desenvolvida pela Comissão Especial, trouxe outra certeza: Dimas fora preso e o corpo somente deu entrada no IML depois de ter sido publicada a notícia de sua morte, nos jornais do dia 18/04/1971. A requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, informa que a morte se deu na rua Elísio da Silveira, 27, no bairro Saúde, às 13 horas do dia 17 de abril. Entretanto, o corpo de Dimas, ainda de acordo com a própria requisição de exame, só deu entrada no IML às 14 horas do dia 19 de abril, tendo sido enterrado às 10 horas do dia 20.

O laudo necroscópico, assinado por João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, descreve quatro ferimentos causados por arma de fogo e atesta a morte por choque hemorrágico. Além de questionar onde estaria Dimas durante os dois dias que antecederam sua entrada no IML, a CEMDP analisou as fotos de seu corpo, localizadas nos arquivos do DOPS/SP, constatando que eram visíveis algumas lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz, e principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo.



JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS (1922-1971)

Número do processo: 021/96
 Data e local de nascimento: 21/01/1922, Bragança (PA)
 Filiação: Maria Pordeus de Alencar Seixas e Estolano Pimenta de Seixas
 Organização política ou atividade: MRT
 Data e local da morte: 17/04/1971, São Paulo (SP)
 Relator: Suzana Keniger Lisbôa
 Deferido em: 18/01/96 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Paraense de Bragança, Joaquim Alencar de Seixas mudou-se para o Rio de Janeiro aos 19 anos e trabalhou como mecânico de aviões na Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego diversas vezes devido a sua atuação política. Quando trabalhava na Varig, apresentou uma

denúncia ligando a empresa ao governo ditatorial de Getúlio Vargas e aos nazistas alemães. No Rio, aproximou-se do Partido Comunista e militou nesse partido até 1953. Logo após a queda de Getúlio, casado com Fanny Akselrud Seixas, a quem conheceu na sede do partido, muda-se para o Rio Grande do Sul, onde desempenha distintas ocupações. Por volta de 1960, volta a residir no Rio. Ocupou o cargo de encarregado de manutenção da Petrobras e participava ativamente do sindicato dos petroleiros quando ocorreu o golpe militar.

Demitido da estatal nos expurgos praticados pelo regime militar naquela empresa, Seixas e a família retornam ao Rio Grande do Sul no final de 1964. Na capital gaúcha, milita com o sargento Manoel Raimundo Soares, que seria morto sob torturas em 1966, e das lideranças que formaram o MR-26. Em 1970, a família se muda para São Paulo e se integra ao MRT. No dia em que foi preso – 16/04/1971 – Seixas estava acompanhado do filho adolescente, Ivan, também militante do MRT. A detenção aconteceu na rua Vergueiro, perto do número 9.000 e ambos foram levados para a 37ª DP, localizada na mesma rua, na altura do número 6.000. No pátio do estacionamento, pai e filho foram espancados, enquanto os policiais trocavam os veículos utilizados para efetuar as prisões.

Postos em nova viatura, os dois foram conduzidos às dependências do DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, antiga Operação Bandeirantes (OBAN). No pátio de manobras daquela unidade, a violência dos espancamentos chegou ao ponto de partir a corrente das algemas que os uniam. Pouco depois, na sala de interrogatório, um foi torturado na frente do outro. Os torturadores se atiraram sobre o pai com especial ferocidade, movidos pela informação de que ele tinha participado, poucos dias antes, da execução do industrial Albert Henning Boilesen, mencionada anteriormente neste livro. Enquanto o suplício se prolongava, a casa da família foi saqueada e foram presas a esposa e os demais filhos.

No dia seguinte, 17 de abril, os jornais paulistas publicaram nota oficial dos órgãos de segurança, noticiando a morte de Joaquim Alencar de Seixas, durante tiroteio. Não era verdade. Ele ainda estava vivo. Presos nas mesmas dependências, a esposa Fanny e os filhos Ivan, Ieda e Lara, ouviam claramente sua voz durante os interrogatórios. Por volta das 19 horas os gritos cessaram. Fanny soube, então, que o marido estava morto. Na ponta dos pés, ela espiou pela abertura da cela, viu os policiais estacionarem uma perua C-14 no pátio de manobras e forrar o porta-malas com jornais, testemunhando o momento em que o corpo dele foi jogado no veículo. Ainda escutou um diálogo entre dois agentes: "de quem é esse presunto?", perguntou um deles, obtendo como resposta: "esse era o Roque", referindo-se ao nome-de-guerra de Joaquim.

No processo formado contra o MRT na Justiça Militar, consta uma fotografia do cadáver de Joaquim Seixas com inequívocos sinais de espancamento e um tiro na altura do coração. Apesar disso, a necropsia, assinada pelos legistas Pêrsio José B. Carneiro e Paulo Augusto de Queiroz da Rocha, confirmou a versão oficial, sem identificar o que poderia ter provocado as lesões corporais. Sua esposa e filhos, além de outros presos políticos, denunciaram mais tarde os responsáveis pelas torturas e execução de Joaquim Alencar de Seixas: o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante da unidade, o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, subcomandante, o delegado Davi Araújo dos Santos o investigador de polícia Pedro Mira Granzieri e outros identificados apenas por apelidos.

O legista Nelson Massini examinou os documentos relativos à morte de Seixas e identificou oito lesões contusas, em especial na cabeça, e afirmou "que o Sr. Joaquim Alencar de Seixas sofreu, além dos ferimentos mortais de projéteis de arma de fogo, outras lesões – provenientes de meios e/ou instrumentos – constituídas de forte dor física e sofrimento físico que se define como tortura ou forma cruel de violência".



RAIMUNDO GONÇALVES DE FIGUEIREDO (1939-1971)

Número do processo: 118/96

Filiação: Ana Gonçalves de Figueiredo e Francisco Gonçalves Viana

Data e local de nascimento: 23/03/1939, Curvelo (MG)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 28/04/1971, em Recife (PE)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996